

P45 - PLANO BÁSICO AMBIENTAL INDÍGENA

UHE TELES PIRES

Relatório Semestral de Operação 04
Fase de Operação da UHE Teles Pires

Julho a Dezembro de 2016

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PBA			
EQUIPE DE COORDENADORES	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA	ASSINATURA
Bruno Rosa	CREA SP 5063239046	6081144	
Arthur Teixeira Loiola	CREA – RN 120998664-7	6081079	
Aline de Oliveira Soares	CREA/SP 5069530440	6365319	
Liliane Adriana Hartwig	DRT/MT 1189	5849859	

Janeiro - 2017

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 HISTÓRICO	2
2. Descrição de atividades realizadas no período.....	7
2.1 Programa de Gestão do Plano Básico Ambiental Indígena	7
2.2 Programa de Interação e Comunicação Social Indígena	13
2.3 Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água	16
2.4 Programa de Monitoramento da Ictiofauna Indígena	18
2.5 Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico Indígena.....	21
2.6 Programa de Monitoramento de Atividades Minerárias	24
2.7 Programa de Monitoramento das Terras Indígenas	24
2.8 Programa de Educação Ambiental Indígena	25
2.9 Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas	25
2.10 Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento	30
2.11 Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros	31
2.12 Programa de Apoio às Roças Tradicionais	33
2.13 Programa de Valorização Cultural	34
2.14 Programa de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas	37
2.15 Programa de Mitigação e Compensação da Ictiofauna.....	39
2.16 Plano de Contingência e Plano de Ação de Emergência em Caso de Ruptura da Barragem da UHE Teles Pires	40
2.17 Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde Indígena	40
3 Discussão de Resultados.....	42
4 Apresentação de Justificativas.....	43
5 Programação para o Período Seguinte.....	45

LISTA DE SIGLAS

CHTP – Companhia Hidrelétrica Teles Pires

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PBAI – Plano Básico Ambiental Indígena

ECI – Estudo do Componente Indígena

TI – Terra Indígena

UHE – Usina Hidrelétrica

PBA – Plano Básico Ambiental

CGMT – Coordenação Geral de Monitoramento Territorial

DPDS – Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

CGGAM – Coordenação Geral de Gestão Ambiental

COLIC – Coordenação de Licenciamento Ambiental

COEP - Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás

CGLIC – Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

EPNO – Empresa de Projetos Navais e Oceânicos

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

GAIA - Grupo de Aplicação Interdisciplinar a Aprendizagem

1. INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica Teles Pires foi no Rio Teles Pires, nas divisas dos estados do Mato Grosso e Pará. Com instalada de 1820MW, sendo a maior usina do Complexo Teles Pires. O leilão foi realizado em 2010 e a primeira unidade de geração entrou em funcionamento em 2015. A UHE atinge os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e a energia a ser gerada faz parte do esforço de expansão da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional para atender à crescente demanda por energia elétrica do mercado consumidor.

Devido à proximidade do empreendimento com as Terras Indígenas Kayabi e Apiaká do Pontal e Isolados, distante aproximadamente 45 quilômetros e a 95 quilômetros da Terra Indígena Munduruku, considerando o impacto que poderá gerar aos povos que ocupam tradicionalmente a região, foi exigido pela Funai a elaboração do Plano Básico Ambiental Indígena, que conta com ações de monitoramento, mitigação e compensação ambiental.

O povo Kayabi formado por uma população de aproximadamente 300 indígenas vivem em 07 aldeias (São Benedito, Coelho, Tucumã, Dinossauro, Kururuzinho, Minhocuçu e Barro Vermelho) que estão distribuídas as margens do Rio São Benedito e Rio Teles Pires. A sustentação alimentar tradicional desse povo é a pesca, caça e o cultivo das roças.

Os povos Apiaká viviam originalmente na bacia do rio Tapajós, entrando em contato com elementos não indígenas, principalmente a partir de meados do século XIX, com a intensificação da exploração da borracha. Recrutados como mão-de-obra para os seringais, ficando longos períodos fora das aldeias, os Apiaká foram se espalhando por toda a região da seringa e começaram a se casar com imigrantes nordestinos, negros e índios de outras etnias, enfraquecendo assim sua unidade política, o que os levou ao abandono paulatino de sua língua, costumes e tradições (EPE, 2010). Atualmente temos aproximadamente 220 indígenas Apiaká morando as margens do Rio Teles Pires, sendo que a maioria desta população reside na Aldeia Mayrowi.

O Povo Munduruku representa um contingente bem mais expressivo, a população do baixo Teles Pires está distribuída em 06 aldeias (Posto Velho, Teles Pires, Caroçal, Papagaio, Bom Futuro e Vista Alegre) e somam aproximadamente 720 indígenas.

Para acompanhar as ações do PBAI foi criada a Coordenação dos Programas Indígenas que está inserida na Gerência Socioambiental, pertencente à Diretoria de Meio Ambiente da Companhia Hidrelétrica Teles Pires.

1.1 HISTÓRICO

No processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires – UHE Teles Pires o componente indígena vem sendo fiscalizado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. O Ofício nº. 521/2010/PRES-FUNAI-MJ de 10 de dezembro de 2010, emitido para subsidiar a Licença Prévia recomendou a realização de estudos complementares do Componente Indígena, detalhando uma série de aspectos do diagnóstico de maneira a subsidiar a subsequente elaboração do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena-PBAI.

A realização destes estudos complementares foi realizada pela equipe da consultoria JGP Consultoria e Participações Ltda, a partir de Plano de Trabalho protocolado na FUNAI em janeiro de 2011. A aprovação do Plano de Trabalho e autorização para o início dos trabalhos junto às comunidades indígenas Kayabi e Apiaká foi emitida em 25 de maio de 2011 (Ofício No. 489/2011/DPDS – FUNAI – MJ).

Em 21 de julho de 2011 o estudo *Reformulação de Estudo do Componente Indígena – relatório final*, contendo os resultados do estudo e o escopo básico dos programas do Plano Básico Ambiental Indígena/PBAI deste empreendimento foi protocolado na Coordenação Geral de Gestão Ambiental/CGGAM na FUNAI/Brasília.

Em 28 de julho de 2011 foi realizada uma reunião na FUNAI/Brasília entre equipe FUNAI responsável pelo licenciamento deste empreendimento e representantes do empreendedor, CHTP, e com a equipe técnica JGP para apresentação dos resultados do estudo *Reformulação do Estudo do Componente Indígena – ECI – relatório final* da UHE Teles Pires.

Após apresentação à FUNAI, os resultados do Estudo do Componente Indígena foram apresentados aos representantes dos grupos indígenas Kayabi e Munduruku em reunião realizada na aldeia Kururuzinho (TI Kayabi) nos dias 11, 12, 13 de agosto de 2011 na qual estavam presentes, além dos índios, representantes da CHTP, IPHAN, FUNAI e a equipe técnica responsável pelos estudos.

Em 12 de agosto de 2011 a FUNAI emite Ofício nº 785/2011/DPDS-FUNAI-MJ no qual se manifesta pelo prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, condicionada à ampliação do escopo dos programas propostos no ECI para o PBAI e a incorporação dos novos programas: Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas; Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento; Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros; Programa de Educação Ambiental Indígena.

Em 15 de agosto de 2011, a FUNAI emite o documento Informação Técnica nº 470/COLIC/CGGAM/11 no qual consta a análise técnica do documento *Reformulação de Estudo do Componente Indígena – relatório final*.

É emitida a Licença de Instalação nº. 818/2011 pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011.

Plano Básico Ambiental Indígena - PBAI

Em 18 de novembro de 2011 foi realizada reunião na FUNAI/Brasília entre a equipe técnica da FUNAI responsável pelo processo de licenciamento do empreendimento UHE Teles Pires e representantes da CHTP e da equipe técnica da JGP para apresentação do PBAI já com as inclusões de programas recomendadas pela FUNAI. O PBAI foi protocolado em 18 de novembro de 2011, através da Carta CHTP nº 326/2011.

Em 02 de dezembro foi realizada reunião na FUNAI para discutir a organização e programação da apresentação para as três etnias na cidade de Alta Floresta entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2011, estavam presentes representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento, Ministério da Saúde (SESAI) e CHTP. Neste mesmo dia, a FUNAI comunicou que havia recebido informações de lideranças indígenas indicando que não participariam da reunião para apresentação do PBAI.

O empreendedor e equipe da consultoria decidiram honrar o compromisso anteriormente assumido nas aldeias em agosto de 2011, organizaram a reunião para apresentação do PBAI e estiveram presentes no local e dias agendados para atender as etnias envolvidas. Nenhuma liderança indígena compareceu.

Paralelamente, a FUNAI concluiu a análise técnica do PBAI, já com as revisões incorporadas a partir de comentários feitos durante a reunião do dia 18 de novembro (revisão denominada PBAI-rev1).

A FUNAI manifesta-se sobre o PBAI-rev1 através da Informação nº. 47/COLIC/CGGAM/12 no qual consta a análise dos programas propostos no PBAI da UHE Teles Pires solicitando detalhamento adicional das ações e atividades previstas pelos programas. Complementarmente, a FUNAI emite a Informação n.38/COLIC/CGGAM/12 (de 23 de janeiro de 2012) no qual consta a análise específica do Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento e Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros.

Em 03 de fevereiro de 2012 foi realizada reunião na FUNAI/Brasília entre representantes da instituição e representantes da CHTP e da equipe JGP para discussão dos detalhamentos solicitados para o PBAI, visando chegar-se a um consenso sobre o nível de detalhamento solicitado e escopo necessário dos programas propostos. Cabe mencionar que a FUNAI manifestou discordância em relação à avaliação de impacto feita pela Consultoria, alegando a existência de impactos adicionais atribuíveis ao empreendimento. A Consultoria manteve a posição consolidada nos Estudos Complementares sobre os impactos potenciais passíveis de ser atribuídos à construção e operação da UHE Teles Pires, e concordou em ampliar o escopo dos Programas dirigidos às Terras Indígenas como ações de apoio compatíveis com as diretrizes de Responsabilidade Social do empreendedor na região de inserção do empreendimento.

A revisão do PBAI, com o detalhamento e ampliação de escopo dos programas demandados pela FUNAI foi executada pela consultoria e o PBAI - rev 02 protocolado na FUNAI no dia 27

Plano Básico Ambiental Indígena - PBAI

fevereiro de 2012, através da Carta ADM/FIN nº 046/2012. A revisão 2 do PBAI apresenta ampliação de escopo de vários programas em relação ao proposto PBAI original.

A FUNAI agendou reunião para apresentação do PBAI - rev 02 - as Comunidades Indígenas, sendo no período de 04 a 08/03/13 na Aldeia Mayrowi para Etnia Apiaká e no período de 18 a 21/03/13 para Etnia Kayabi na Aldeia Kururuzinho.

Posteriormente, em 15 de abril de 2013 a FUNAI envia o Ofício n.º 264/2013/DPDS – FUNAI – MJ com as cópias das memórias das ultimas reuniões ocorridas junto as Etnias Apiaká e Kayabi.

As ações pleiteadas pelos indígenas foram avaliadas, resultando na reformulação, revisão 03 do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena e protocolado na FUNAI em 25 de junho de 2013 o PBAI da Etnia Apiaká (Carta CHTP nº168/2013) e em 15 de julho de 2013 o PBAI da Etnia Kayabi (Carta CHTP nº 191/2013).

Em 25 de novembro de 2013, por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ, a Funai faz novas considerações técnicas a respeito do PBAI, solicitou ainda que contemplasse 03 (três) novos programas, um Programa de Gestão Ambiental Indígena para coordenar todos os programas e ações propostas pelo PBA do Componente Indígena, outro Programa de Mitigação e Compensação da Ictiofauna e o terceiro Programa de Valorização Cultural, de ordem sociocultural.

No processo de reorganização do PBAI e construção do Programa de Gestão, os subprogramas de Monitoramento de Terras Indígenas, Atividades Minerárias, Indicadores de Saúde Indígena e Hidrossedimentológico passaram a ser considerados como Programas.

Conforme apresentado na figura 01, atualmente contemplam a questão indígena no processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, 20 programas ambientais que serão apresentados os objetivos e detalhados dos status de realização neste documento.

A Etnia Munduruku havia decidido não participar das ações previstas e aprovadas pela FUNAI. Durante o ano de 2013 a coordenação indígena da CHTP buscou aproximação junto ao Povo e após estabelecido a relação de diálogo, em conjunto com a FUNAI foi possível demonstrar a importância do PBAI, posteriormente, no período de 23 a 28/11/2013, FUNAI, lideranças indígenas e CHTP reuniram-se na Aldeia Teles Pires para discutir o PBAI, resultando na aprovação com início imediato de todos os programas de monitoramento, educação ambiental e interação e comunicação social.

Em 21 de janeiro de 2014 a FUNAI encaminha o ofício n.º 61/2014/DPDS/FUNAI–MJ, solicitando avaliação nas ações pleiteadas pelo povo Munduruku.

Em 07/04/2014, foi protocolada na FUNAI a Carta CHTP nº 076/2014 em resposta ao ofício n.º 61/2014/DPDS/FUNAI–MJ; e a Carta CHTP nº 080/2014 em resposta ao ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ. Registre-se que não houve manifestação da FUNAI quanto ao conteúdo dessas correspondências.

Plano Básico Ambiental Indígena - PBAI

Com objetivo de finalizar as revisões do PBAI e definir as reivindicações feitas pelos indígenas, a CHTP propôs uma reunião entre lideranças indígenas das três etnias e Funai, o evento aconteceu entre os dias 12 a 14/05/14. A ação foi registrada por meio de memórias de reuniões e as decisões serão contempladas nos PBAI's Apiaká, Kayabi e Munduruku, revisão final, com previsão de ser protocolado na FUNAI em 28.07.14.

Em 26 de Agosto de 2014, através da Carta 234/2014, em atendimento ao Ofício nº 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ, informação técnica nº 304/2013/COEP/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ e Ofício nº 61/2014/DPDS/FUNAI-MJ, foi apresentada a versão revisada final do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental Indígena (PBA) – Apiaká, Kayabi e Munduruku, relativo ao processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires.

Figura 01: Organograma dos programas ambientais indígenas exigidos no PBAI



2. Descrição de atividades realizadas no período

2.1 Programa de Gestão do Plano Básico Ambiental Indígena

A elaboração do Programa de Gestão Ambiental Indígena foi solicitado pela FUNAI em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ. A CHTP em resposta a inclusão de novo programa, encaminhou a FUNAI suas manifestações através da Carta CHTP nº 080/2014, protocoladas em 07/04/2014. Como não houve retorno quanto às manifestações por parte da FUNAI, após a reunião com as lideranças Kayabi, Apiaká e Munduruku, em maio/2014 a CHTP decidiu incluir os programas para atendimento as recomendações da FUNAI.

Esse programa encontra-se em execução e tem como objetivo principal instituir uma estrutura eficiente para a Gestão do PBAI a ser implantado entre os Apiaká, Kayabi e Munduruku que residem na TI Kayabi.

Mais especificamente, o foco desta Gestão é proporcionar maior agilidade às decisões relativas às ações que serão realizadas na TI, assegurar o cumprimento dos compromissos socioambientais assumidos no âmbito dos Programas Ambientais que serão implantados junto a estas etnias e, ao mesmo tempo, garantir a participação plena de todos os setores envolvidos no processo.

Adicionalmente, este Programa será responsável pela coordenação das atividades que serão realizadas na TI no âmbito dos vários programas propostos no PBAI, notadamente aqueles que demandam participação e acompanhamento indígena. Neste sentido, cabe ao coordenador deste comitê gestor garantir que os contatos com a comunidade indígena sejam coordenados e unificados a fim de que as atividades do semestre previstas nos Programas do PBAI (participação indígena em monitoramentos e oficinas) sejam definidas com a comunidade.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

Julho:

- Reunião com lideranças indígenas Kayabi e visita técnica ao local escolhido pelos indígenas para a construção da Base Operacional juntamente com o coordenador de campo da empresa Vítisa;
- Entrega dos certificados de conclusão do curso de Hidráulica Básica aos indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- Reunião de alinhamento das ações do PBAI com indígenas Kayabi e Munduruku no escritório da CHTP em Alta Floresta;
- Visita técnica nas obras de infraestrutura que estão sendo realizadas nas Terras Indígenas – povo Kayabi e Munduruku;

- Reunião via telefone com servidores da Funai/CGMT para alinhamento do local de instalação da Base de Proteção Territorial prevista para o povo Kayabi;



Figura 01: Reunião com lideranças Munduruku no escritório da CHTP em Alta Floresta.



Figura 02: Visita técnica ao local escolhido para a construção da Base Operacional.



Figura 03: Diferença entre o local escolhido pelos indígenas para a construção da Base e o local indicado pela Funai.



Figura 04: Visita técnica ao local indicado pela Funai para a construção da Base Operacional.

Agosto:

- Reunião com indígenas Munduruku para alinhamento de ida até o município de Apicás para visita a Cooperativa Arapama para conhecer o processo de beneficiamento da castanha;
- Acompanhamento da coordenação do PBAI da CHTP durante visita comercial com lideranças da Aldeia Teles Pires Etnia Munduruku até o município de Apicás para visita a Cooperativa Arapama para conhecer o processo de beneficiamento da castanha e negociar possível compra da safra 2016;
- Reunião com a equipe da empresa Gaia Social para tratar das ações do Programa de Valorização da Cultura Indígena;

- Reunião com indígenas Munduruku e Apiaká para alinhamento das ações do PBAI;
- Reunião com indígenas Kayabi para alinhamento das ações do PBAI;
- Reunião com o presidente da Associação Indígena Kawaip Kayabi para tratar das atividades do PBAI que estão sendo realizadas nas Terras Indígenas;



Figura 05: Reunião com lideranças indígenas Munduruku em Alta Floresta.



Figura 06: Visita dos indígenas Munduruku à Cooperativa Arapama em Apicacás – MT.



Figura 05: Reunião com o presidente da AIKK.



Figura 06: Reunião com indígenas Apiaká no escritório da CHTP em Alta Floresta.

Setembro:

- Reunião com a coordenadora de meio ambiente da Empresa de Energia São Manoel para tratar da sinergia entre os dois empreendimentos para os programas indígenas;
- Articulação para reunião entre o conselho gestor indígena Kayabi, Empresa de Energia São Manoel e Companhia Hidrelétrica Teles Pires;
- Reunião com a equipe técnica da empresa Naturae no escritório da CHTP após apresentação do plano de trabalho do Programa de Monitoramento da Ictiofauna na aldeia Kururuzinho;

- Reunião de alinhamento das atividades pré-campo do modulo II da oficina de Design de Produtos em atendimento ao Programa de Valorização da Cultura Indígena entre a CHTP e a empresa Gaia Social.



Figura 05: Reunião entre CHTP e EESM.



Figura 06: Reunião entre CHTP e Gaia Social.

Outubro:

- Reunião com indígenas indígena Apiaká, membros do conselho gestor para alinhamento das ações do PBAI;
- Reunião na Funai/Brasília para alinhamento das ações do PBAI da UHE Teles Pires junto com Funai/COMCA/CGLIC/CGMT;
- Reunião na Funai/Brasília para alinhamento das ações do PBAI da UHE Teles Pires e Empresa de Energia São Manoel;
- Participação da CHTP na reunião realizada em Sinop - MT a pedido da comunidade Kayabi junto ao Ministério Público Federal, Funai/CR Norte e Empresa de Energia São Manoel para tratar da possível transferência de execução do PBAI para a Associação Indígena Kawaip Kayabi.



Figura 07: Reunião com lideranças indígenas Apiaká no escritório da CHTP em Alta Floresta.



Figura 09: Participação da UHE Teles Pires na reunião com o Ministério Público Federal e AIKK.

Figura 08: Reunião em Sinop – MT com o Ministério Público Federal.

Novembro:

- Reunião com o diretor da empresa Maxgeo, responsável pelo Programa de Monitoramento de Terras Indígenas, para alinhamento das ações do programa;
- Reunião com o diretor da empresa Mapsmut para alinhamento das ações de campo do Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros - Projeto Piloto da Castanha;
- Reunião com lideranças Munduruku para mostrar os 12 vasilhames cerâmicos encontrados no canteiro de obras da UHE Teles Pires, sob a guarda da CHTP;
- Reunião com o coordenador do Programa de Valorização da Cultura para alinhamento das ações de campo em atendimento ao programa;
- Realização da apresentação dos resultados de monitoramento dos programas de Ictiofauna, Limnologia e Qualidade da Água, Atividades Minerárias e Hidrossedimentologia para os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku em Alta Floresta-MT;
- Reunião entre CHTP, EESM, Funai/CR Norte e Associação Indígena Kawaip Kayabi em Alta Floresta para tratar da gestão do PBAI pela associação indígena;
- Reunião de conselho gestor entre o povo Munduruku, Funai/CGLIC, COMCA, CTL e CHTP em Alta Floresta;
- Reunião de conselho gestor entre o povo Apiaká, Funai/CGLIC, COMCA, CTL e CHTP em Alta Floresta;



Figura 11: Visita dos indígenas Munduruku aos vasilhames cerâmicos.



Figura 12: Reunião entre CHTP, EESM, Funai e AIKK.



Figura 11: Abertura apresentação dos monitoramentos da Ictiofauna, Limnologia e Qualidade da Água, Atividades Minerárias e Hidrossedimentologia.



Figura 12: Apresentação dos monitoramentos da Ictiofauna, Limnologia e Qualidade da Água, Atividades Minerárias e Hidrossedimentologia.



Figura 11: Reunião com o conselho gestor Munduruku.



Figura 12: Reunião com o conselho gestor Munduruku.



Figura 11: Reunião com o conselho gestor Apiaká.

Dezembro:

- Reunião de conselho gestor entre o povo Kayabi, Funai/CGLIC, COMCA, CTL e CHTP em Alta Floresta;



Figura 11: Reunião com o conselho gestor Kayabi.



Figura 12: Reunião com o conselho gestor Kayabi

As atas e lista de presenças estão apresentadas nos anexos.

2.2 Programa de Interação e Comunicação Social Indígena

O Programa de Interação e Comunicação Social Indígena visa atender a necessidade de manter as populações indígenas do público-alvo informadas a respeito do empreendimento, principalmente no que diz respeito às interferências que poderão ocorrer direta ou indiretamente em seu cotidiano.

A CHTP recebeu autorização da FUNAI em 15/04/2013 para realizar o Programa de Interação e Comunicação Social Indígena com a Etnia Apiaká, posteriormente foi contratado o GRUPO DE APLICAÇÃO INTERDISCIPLINAR À APRENDIZAGEM – GAIA que providenciou a elaboração do plano de trabalho contemplando os povos Apiaká, Kayabi e Munduruku, protocolado na FUNAI em 22/08/2013.

O Plano de trabalho foi aprovado em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ, imediatamente a CHTP realizou contato com as lideranças indígenas para agendamento das atividades.

No período de novembro de 2013 a maio de 2014 foram realizadas apresentação do Programa de Interação e Comunicação Social Indígena, bem como dos outros programas que iniciaram no período, com foco nos objetivos, pontos amostrais, metodologia utilizada, etapas, tempo dos monitoramentos e a importância do acompanhamento de indígenas, aconteceu também as oficinas participativas para construção do Plano de Comunicação Social Anual.

A partir de Novembro/2015, com o termino do contrato da empresa Gaia Social, as ações de comunicação social foi assumida pela equipe própria da CHTP, sob a responsabilidade da Jornalista Liliane Adriana Hartwig.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

Julho:

- ✓ Registro de 13 atendimentos ao rádio amador no escritório da CHTP;
- ✓ Atendimentos à ouvidoria do PBAI;
- ✓ Monitoramento e alimentação das redes sociais do PBAI;
- ✓ Registros fotográficos de reuniões entre as empresas contratadas, indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku e a CHTP;
- ✓ Produção da 11ª edição do Jornal Mural e fixação nas aldeias polo e escritório da CHTP;
- ✓ Elaboração e envio da agenda mensal;
- ✓ Elaboração de 2 comunicados PBAI informa.

Agosto:

- ✓ Registro de 27 atendimentos ao rádio amador no escritório da CHTP;
- ✓ Atendimentos à ouvidoria do PBAI;
- ✓ Monitoramento e alimentação das redes sociais do PBAI;
- ✓ Registros fotográficos de reuniões entre as empresas contratadas, indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku e a CHTP;

- ✓ Produção da 12ª edição do Jornal Mural e fixação nas aldeias polo e escritório da CHTP;
- ✓ Elaboração e envio da agenda mensal;
- ✓ Elaboração de 1 comunicado PBAI informa.

Setembro:

- ✓ Registro de 51 atendimentos ao rádio amador no escritório da CHTP;
- ✓ Atendimentos à ouvidoria do PBAI;
- ✓ Monitoramento e alimentação das redes sociais do PBAI;
- ✓ Registros fotográficos de reuniões entre as empresas contratadas, indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku e a CHTP;
- ✓ Produção da 13ª edição do Jornal Mural e fixação nas aldeias polo e escritório da CHTP;
- ✓ Elaboração e envio da agenda mensal;
- ✓ Elaboração de 2 comunicados PBAI informa;
- ✓ Acompanhamento da apresentação do plano de trabalho do Programa de Monitoramento da Ictiofauna Indígena na aldeia Kururuzinho.

Outubro:

- ✓ Não houve atendimento ao rádio amador no escritório da CHTP pelo fato do mesmo ter apresentado problemas técnicos;
- ✓ Atendimentos à ouvidoria do PBAI;
- ✓ Monitoramento e alimentação das redes sociais do PBAI;
- ✓ Registros fotográficos de reuniões entre as empresas contratadas, indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku e a CHTP;
- ✓ Produção da 14ª edição do Jornal Mural e fixação nas aldeias polo e escritório da CHTP;
- ✓ Elaboração e envio da agenda mensal.

Novembro:

- ✓ Não houve atendimento ao rádio amador no escritório da CHTP pelo fato do mesmo ter apresentado problemas técnicos;
- ✓ Atendimentos à ouvidoria do PBAI;
- ✓ Monitoramento e alimentação das redes sociais do PBAI;
- ✓ Registros fotográficos de reuniões entre as empresas contratadas, indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku e a CHTP;
- ✓ Produção da 15ª edição do Jornal Mural e fixação nas aldeias polo e escritório da CHTP;
- ✓ Elaboração e envio da agenda mensal;

- ✓ Elaboração de Layouts para informes sobre as ações do PBAI após o envio das agendas.

Dezembro:

- ✓ Não houve atendimento ao rádio amador devido a mudança de local do escritório da CHTP;
- ✓ Atendimentos à ouvidoria do PBAI;
- ✓ Monitoramento e alimentação das redes sociais do PBAI;
- ✓ Registros fotográficos de reuniões entre as empresas contratadas, indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku e a CHTP;
- ✓ Produção da 16ª edição do Jornal Mural e fixação nas aldeias polo e escritório da CHTP.

Os detalhes dos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires estão apresentados nos anexos.

2.3 Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água

O Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água irão contribuir com o acompanhamento das possíveis alterações sazonais naturais do rio Teles Pires e daquelas provenientes das diferentes etapas da construção e operação da UHE Teles Pires. O monitoramento é realizado com base no acompanhamento dos parâmetros indicadores da evolução da qualidade ambiental (aspectos físicos, químicos e biológicos), considerando que a instalação do empreendimento poderá modificar as características naturais do rio. Esse Programa foi elaborado para na fase do pré-enchimento e continuará na operação por 48 meses.

A CHTP contratou as Empresas BIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA e Empresa CONAGUA AMBIENTAL LTDA- EPP para a execução desse programa.

A Empresa BIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA também é responsável pela execução do Programa de Monitoramento da Ictiofauna, sendo contratada para realizar a coleta das amostras de água do Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água.

Para execução do referido programa, a Bios recebeu da Empresa CONAGUA AMBIENTAL LTDA- EPP todas as orientações e procedimentos necessários.

O Plano de Trabalho foi protocolado em 14/05/2013 no IBAMA para obtenção da autorização de captura, coleta e transporte de material biológico. Em 21/05/2013 o IBAMA solicitou anuência da FUNAI para a aprovação do Plano de Trabalho, posteriormente em 28/08/2013 a FUNAI encaminhou o ofício n.º 581/2013/DPDS/FUNAI-MJ, anexo Informação n.º 208/COEP/CLIC/2013, com cópia a Sra. Gisela Damm Forattini – Diretora de Licenciamento

Ambiental do IBAMA, manifestando favorável a atividades e autorizando a coleta e transporte de água para enviar ao laboratório para análise.

Importante destacar que a primeira campanha do Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água programada iniciar em 11/09/2013 foi prejudicada pela ação judicial n.º 0005891-81.2012.4.0.3600/MT que determinou a paralização de todas as atividades da UHE Teles Pires, com o fim da paralização em 26/09/2013, foi retomado os contatos com as empresas terceirizadas que realizaram uma nova programação e a primeira campanha foi realizada em 20/10/13, na sequencia, trimestralmente.

A partir de Novembro/2015, com o termino do contrato da empresa BIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, a CHTP contratou a empresa SYSTEMA NATURAE CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA para a execução desse programa em conjunto com a empresa CONÁGUA AMBIENTAL LTDA-EPP.

Em 15 de fevereiro de 2016, através da carta CHTP nº 053/2016 foi protocolada no IBAMA e na FUNAI a solicitação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para a realização do Monitoramento da Ictiofauna em Terras Indígenas. Como estamos em processo de renovação dessa autorização, ficamos impossibilitados de realizar as coletas de água nos 09 pontos de monitoramento, uma vez que, conforme apresentado no plano de trabalho da empresa Naturae, as coletas das amostras de água serão realizadas por essa empresa.

Em setembro de 2016, após o recebimento da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico por parte do IBAMA/Brasília, a equipe técnica da empresa Naturae se deslocou até a Terra Indígena Kayabi com o objetivo de iniciar as coletas de água. Acontece que durante apresentação do Plano de Trabalho na aldeia Kururuzinho, os indígenas Kayabi não concordaram com a continuidade dos trabalhos sem que fossem apresentados os resultados das campanhas realizadas anteriormente, inclusive aproveitaram para informar que se os técnicos persistissem em apresentar o PT aos demais povos, correriam o risco de ficarem presos nas aldeias, pois já haviam sido comunicados que a postura dos parentes era a mesma dos Kayabi.

Sendo assim, a equipe técnica da empresa Naturae voltou para a cidade e no período de julho a dezembro de 2016 não foram realizadas campanhas de monitoramento, sendo a 10.ª campanha planejada para iniciar em fevereiro de 2017.

Tabela 01: Apresentação dos períodos em que foram realizadas as campanhas de Monitoramento e a identificação do relatório semestral para apresentação dos resultados.

CAMPANHA	PERÍODO	PONTOS DE MONITORAMENTO	RELATÓRIO SEMESTRAL
1. ^a	21 a 31/10/13	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 09 – Etnia Apiaká	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
2. ^a	18 a 28/01/13	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
3. ^a	18 a 30/04/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	Relatório consolidado
4. ^a	25 a 27/08/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
5. ^a	17 a 23/10/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
6. ^a	14 a 17/01/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
7. ^a	17 a 20/04/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
8. ^a	23/07 a 01/08/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	8º Relatório Semestral Período: jul/15 a dez/15
9. ^a	20 a 26/10/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	8º Relatório Semestral Período: jul/15 a dez/15

2.4 Programa de Monitoramento da Ictiofauna Indígena

O Programa de Monitoramento da Ictiofauna Indígena tem como objetivo acompanhar a dinâmica populacional das espécies íctias nas áreas próximas às TIs, incluindo as espécies mais apreciadas pelas populações indígenas, através do monitoramento das possíveis alterações na estrutura, distribuição, abundância, biologia e ecologia da comunidade íctia decorrentes das mudanças associadas à implantação da UHE Teles Pires.

O Plano de Trabalho foi protocolado em 14/05/2013 no IBAMA para obtenção da autorização de captura, coleta e transporte de material biológico, em 21/05/2013 o IBAMA solicitou anuência da FUNAI para a aprovação do Plano de Trabalho, a CHTP protocolou carta na FUNAI em 27/05/2013 solicitando a aprovação do referido documento. Em 28/08/2013 recebemos o ofício n.º 581/2013/DPDS/FUNAI-MJ, anexo Informação n.º 208/COEP/CGLIC/2013, com cópia a Sra. Gisela Damm Forattini – Diretora de Licenciamento Ambiental do IBAMA, autorizando o início das ações e manifestando contraria a retirada de espécies de dentro da Terra Indígena. Posteriormente, a CHTP solicitou a Empresa Contratada para execução das ações, BIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA o atendimento as exigências da FUNAI com as devidas adequações ao plano de trabalho. A empresa Bios informou que algumas análises que demandam tempo de processamento do material e necessidade de estrutura completa laboratorial ficarão com os resultados comprometidos, devido às dificuldades de logística oferecidas pela localização das aldeias, impossibilitando a instalação de um laboratório específico.

Em 26/08/2013 foi emitida pelo IBAMA a autorização N.º 316/2013, para captura, coleta e transporte de material biológico em que solicita para serem observadas as considerações da FUNAI da Nota Técnica n.º 208/COEP/CGLIC/2013, emitida em 23/07/2013, e encaminhada a este Instituto por meio do Ofício n.º 581/2013/DPDS/FUNAI-MJ. No seu item “c”, a referida Nota restringe o transporte de animais para fora da Terra Indígena.

O programa de monitoramento da ictiofauna também foi prejudicado pela ação judicial n.º 0005891-81.2012.4.0.3600/MT que determinou a paralização de todas as atividades da UHE Teles Pires, com o fim da paralização em 26/09/2013, foi retomado o contato com as empresas terceirizadas e devido o tempo necessário para remobilizar da equipe, a 1ª campanha foi realizada em 20/10/2013.

No período de outubro/2013 a outubro/2015 foram realizadas 09 campanhas de monitoramento. O ponto n.º 08 localizado próximo à aldeia Teles Pires, Povo Munduruku, foi iniciado os trabalhos a partir da 2.ª campanha, quando autorizado pela Funai e lideranças indígenas.

A atividade de Desembarque Pesqueiro na Área de Influência da UHE Teles Pires teve início em Novembro de 2014, após autorização da FUNAI/IBAMA. O objetivo desse programa é traçar o perfil da atividade de pesca em cada aldeia polo das etnias: Apiaká, Kayabi e Munduruku.

A partir de Novembro/2015, com o termino do contrato da empresa BIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, a CHTP contratou a empresa SYSTEMA NATURAE CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA para a execução desse programa.

Em 19 de fevereiro de 2016, através da carta CHTP n.º 053/2016 foi protocolada no IBAMA e na FUNAI a solicitação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para a

realização do Monitoramento da Ictiofauna em Terras Indígenas. Como estamos em processo de renovação dessa autorização, ficamos impossibilitados de realizar as campanhas nos meses de fevereiro e maio nos 09 pontos de monitoramento. Estamos aguardando o envio da autorização por parte do IBAMA.

Em setembro de 2016, após o recebimento da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico por parte do IBAMA/Brasília, a equipe técnica da empresa Naturae se deslocou até a Terra Indígena Kayabi com o objetivo de apresentar o plano de trabalho e iniciar as campanhas de monitoramento. Acontece que durante apresentação do Plano de Trabalho na aldeia Kururuzinho, os indígenas Kayabi não concordaram com a continuidade dos trabalhos sem que fossem apresentados os resultados das campanhas realizadas anteriormente, inclusive aproveitaram para informar que se os técnicos persistissem em apresentar o PT aos demais povos, correriam o risco de ficarem presos nas aldeias, pois já haviam sido comunicados que a postura dos parentes era a mesma dos Kayabi.

Sendo assim, a equipe técnica da empresa Naturae voltou para a cidade e no período de julho a dezembro de 2016 não foram realizadas campanhas de monitoramento, sendo a 10.ª campanha planejada para iniciar em fevereiro de 2017.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Recebimento da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico;
- ✓ Reunião com os responsáveis técnicos da empresa Naturae após tentativa de apresentação do Plano de Trabalho na aldeia Kururuzinho;

Tabela 02: Apresentação dos períodos em que foram realizadas as campanhas de Monitoramento e a identificação do relatório semestral para apresentação dos resultados.

CAMPANHA	PERÍODO	PONTOS DE MONITORAMENTO	RELATÓRIO SEMESTRAL
1.ª	21 a 31/10/13	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 09 – Etnia Apiaká	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
2.ª	18 a 28/01/13	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
3.ª	18 a 30 de abril de 2014	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	Relatório Consolidado
4.ª	25 a 27/08/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14

		Ponto 09 – Etnia Apiaká	
5. ^a	17 a 23/10/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
6. ^a	14 a 17/01/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
7. ^a	17 a 20/04/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
8. ^a	23/07 01/08/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	8º Relatório Semestral Período: jul/15 a dez/15
9. ^a	20 a 26/10/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	8º Relatório Semestral Período: jul/15 a dez/15

2.5 Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico Indígena

O presente programa de monitoramento hidrossedimentológico tem como objetivo acompanhar as modificações na dinâmica hidrossedimentológica do Rio Teles Pires no trecho situado a jusante da UHE Teles Pires a fim de verificar os eventuais efeitos das obras e da operação do empreendimento no trecho de interesse às comunidades indígenas.

Em 09 de outubro de 2013, foi encaminhada a Carta CHTP n.º 308/2013, apresentando a FUNAI a empresa VERACRUZ GEOFISICAS E GEOLOGICAS LTDA e sua equipe, que é responsável para a execução do referido programa. Anterior a esta correspondência, em 19 de setembro de 2013, foi enviada a Carta CHTP 271/2013, a Agência Nacional da Água, comunicando a ampliação da rede de monitoramento com a implantação e operação de 04 (quatro) estações hidrossedimentométricas no interior da Terra Indígena Kayabi.

Também é realizado o Monitoramento de Processos Erosivos que incluem a instalação de réguas graduadas que formaram transectos de medição, permitindo verificar as variações topográficas e a intensidade de processos de sedimentação e erosão.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Monitoramento e coleta de dados Hidrossedimentológico com pluviógrafos instalados nas margens dos rios.
- ✓ Monitoramento de Praias e Processos Erosivos.
- ✓ Realização da 12ª Campanha do Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico nos Rios Apiacás, São Benedito, Santa Rosa e Aldeia Coelho.

- ✓ Realização da 13ª Campanha do Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico nos Rios Apicás, São Benedito, Santa Rosa e Aldeia Coelho;



Figura 15: 12ª Campanha - Monitoramento Estação São Benedito.



Figura 16: 12ª Campanha – Medição de Vazão na estação Santa Rosa.



Figura 17: 13ª Campanha – Medição de vazão – Estação Coelho.



Figura 13: 11ª Campanha - Monitoramento Estação São Benedito.

Tabela 03: Apresentação dos períodos em que foram realizadas as campanhas de Monitoramento e a identificação do relatório semestral para apresentação dos resultados.

CAMPANHA	PERÍODO	PONTOS DE MONITORAMENTO	RELATÓRIO SEMESTRAL
Operação da rede hidrológica	19 a 22/10/13	Pontos 01 aos 04 Etnia Kayabi	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
1.ª	10 a 13/12/13	Pontos 01 aos 04 Etnia Kayabi	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14

2. ^a	08 a 11/02/14	Pontos 01 aos 04 Etnia Kayabi	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
3. ^a	12 a 15/05/14	Pontos 01 aos 04 Etnia Kayabi	Relatório Consolidado
4. ^a	04 a 07/08/14	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
5. ^a	11 a 18/11/14	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
6. ^a	15 a 19/02/15	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
7. ^a	01 a 04/06/15	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
8. ^a	04 a 08/08/15	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	02º Relatório Semestral- Fase Operação Período: jul/15 a dez/15
9. ^a	03 a 05/11/15	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	02º Relatório Semestral- Fase Operação Período: jul/15 a dez/15
10. ^a	05 a 07/02/16	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	03º Relatório Semestral- Fase Operação Período: jan/16 a jun/16
11. ^a	18 a 21/05/16	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	03º Relatório Semestral- Fase Operação Período: jan/16 a jun/16
12. ^a	01 a 04/09/16	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	04º Relatório Semestral- Fase Operação Período: jul/16 a dez/16
13. ^a	15 a 16/12/16	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	04º Relatório Semestral- Fase Operação Período: jul/16 a dez/16

Os registros de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Veracruz Soluções Geofísicas e Geológicas em anexo.

2.6 Programa de Monitoramento de Atividades Minerárias

O Programa de Monitoramento de Atividades Minerárias apresentam como objetivos o monitoramento e acompanhamento das atividades garimpeiras deslocadas devido ao empreendimento e monitoramento das atividades de garimpo em geral no trecho do rio Teles Pires que drena as TIs Kayabi, Munduruku e Apiaká do Pontal e Isolados. Em 02/04/14 foi contratada a Empresa VERACRUZ Soluções Geofísicas e Geológicas Ltda para execução deste programa nas imediações e interior da Terra Indígena Kayabi.

Em abril de 2016 foi realizada a última atividade do Programa de Monitoramento de Atividades Minerárias, uma vez que o PBAI exige a execução desse programa após 1 ano do enchimento do reservatório da UHE Teles Pires.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Realização de sobrevoo na área de estudo para catalogação das balsas de garimpo ao longo do rio Teles Pires para confecção do relatório de Proteção Territorial;

2.7 Programa de Monitoramento de Terras Indígenas

O Programa de Monitoramento de Terras Indígenas têm como principais objetivos o Monitoramento do uso e ocupação do solo no entorno sul das Terras Indígenas, a Identificação da existência de crescimento da ocupação por uso agropecuário ou por desmatamento dessas áreas, fornecendo subsídios para a averiguação detalhada pelos órgãos competentes e o acompanhamento e difusão das informações do monitoramento socioeconômico desenvolvido no âmbito do Subprograma de Monitoramento Socioeconômico do Programa de Reforço a Infraestrutura e Equipamentos Sociais (P-36) do PBA junto às comunidades indígenas.

A partir de Dezembro/2015, com o término do contrato da empresa GEOGIS GEOTECNOLOGIA, a CHTP contratou a empresa MAXGEO – ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E CONSULTORIA para a execução desse programa.

Os dados e resultados do programa de monitoramento serão contemplados a seguir:

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Avaliações das Capacidades de Substituição das Áreas, através de uma dinâmica de desmate;
- ✓ Avaliação do Raio Potencial de Migração das Propriedades Afetadas com a Inundação;
- ✓ Monitoramento Remoto do Potencial Crescimento do Uso Agropecuário no Entorno e/ou Interior das Terras Indígenas Kayabi e Apiaká do Pontal e Isolados;
- ✓ Consultas aos Órgãos Ambientais Responsáveis: Estaduais e Federal;

- ✓ Emissões de Notas Técnicas referente à possíveis desmatamentos em Terras Indígenas;
- ✓ Buscas em Cartórios: Visita as Propriedades Afetadas e Consulta aos Órgãos Ambientais Responsáveis;

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico de final de contrato da empresa executora do programa MAXGEO em anexo.

2.8 Programa de Educação Ambiental Indígena

O objetivo deste programa é valorização da identidade e das relações estabelecidas entre povos indígenas e seus respectivos territórios por meio do ensino-aprendizagem de novas linguagens de comunicação (como as audiovisuais) que revelem o olhar indígena sobre o meio ambiente em seus territórios.

Neste sentido, realizou-se apoio as etnias com a capacitação no uso de ferramentas que possam contribuir para o registro e reprodução de eventos significativos de seus respectivos ambientes e culturas, e que permita apoiar a compreensão, discussão e gestão socioambiental de suas terras. O domínio de pelo menos um grupo interessado em cada etnia pode contribuir ao processo de monitoramento de alterações sobre seus respectivos modos de vida em geral, ou relacionadas ao empreendimento em particular.

A FUNAI emitiu autorização a CHTP em 15/04/2013 para a realização do Programa de Ambiental Indígena com a Etnia Apiaká, posteriormente foi contratado o GRUPO DE APLICAÇÃO INTERDISCIPLINAR À APRENDIZAGEM – GAIA que providenciou a elaboração do plano de trabalho contemplando os povos Apiaká, Kayabi e Munduruku, protocolado na FUNAI em 22/08/2013.

O Plano de trabalho foi aprovado para os povos Apiaká, Kayabi em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ, e posteriormente para Munduruku em 28/11/2013, imediatamente após o recebimento do documento formalizado a aprovação, a CHTP realizou contato com as lideranças indígenas para agendamento das atividades.

Este programa cumpriu o seu cronograma previsto no PBAI e Plano de Trabalho, sendo encerrado em dezembro/2015 com a elaboração do relatório final.

Programa encerrado.

2.9 Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas

O Programa de Fortalecimento de Organizações Indígenas visa criar condições para assegurar a participação indígena no PBAI e nas diferentes etapas de sua implementação, através do

fortalecimento das organizações indígenas. Adicionalmente, como maneira de promover o protagonismo indígena e apoiar a gestão de projetos, associativismo e cooperativismo, prestação e controle de contas e conhecimento dos direitos indígenas.

A CHTP recebeu a aprovação do programa por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ em 25 de novembro de 2013.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

I – Povo Apiaká

- ✓ Realização de manutenções preventivas na Van dos indígenas Apiaká em Sinop - MT;
- ✓ Realização de manutenção no trator da aldeia Mayrowi que se encontra na cachoeira da rasteira;
- ✓ Realização da troca do motor do caminhão F4000 dos indígenas que estava fundido;
- ✓ Realização de manutenção nos motores de popa das aldeias Mayrowi e Pontal;
- ✓ Realização de visita técnica para manutenção no sistema de placa solar da aldeia Mayrowi;

II – Povo Kayabi

Imóvel para instalação da associação e loja de artesanato:

Para instalação da associação a CHTP propôs a construção da mesma no terreno da casa de apoio. Proposição esta que as lideranças indígenas não concordaram e decidiram pleitear junto a Prefeitura de Alta Floresta – MT um terreno. A iniciativa partiu dos próprios indígenas que realizaram reunião com o prefeito e protocolaram ofício solicitando a doação de um imóvel. Essa reunião foi realizada em conjunto com a CHTP e FUNAI local onde o município comprometeu-se em doar uma área de 4.000 m² para associação. Até o presente momento o Projeto de Lei não seguiu para a Câmara de Vereadores.

Em agosto de 2016, a CHTP buscou junto à procuradoria do município de Alta Floresta equacionar o impasse com relação à doação do terreno para a construção da sede Associação Indígena Kawaip Kayabi e loja de artesanato. Após uma reunião com a procuradora do município, Dra. Naiara Morello, fomos informados que por se tratar de ano eleitoral, todos os processos de doação de terrenos estavam suspensos.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Manutenção no motor gerador da aldeia Kururuzinho;
- ✓ Realização de manutenção nos motores de popa das aldeias São Benedito, Coelho, Tukumã, Dinossauro, Barro Vermelho, Minhocoçu e Kururuzinho;

III – Povo Munduruku

Reforma da Casa de Transito, construção da loja de artesanato e constituição da associação.

Na reunião realizada no dia 12/05/2014, entre lideranças indígenas, FUNAI e CHTP, os Munduruku informaram a existência de três imóveis que necessitam de reforma no município de Jacareacanga-PA, a CHTP esclareceu que estaria avaliando. Para atendimento a este compromisso foi realizado contato com a construtora da região de Jacareacanga que avaliou os imóveis em péssimas condições, sendo necessárias grandes intervenções, relatando tratar de casas antigas com estruturas danificadas sendo necessária demolição e construção de um novo imóvel.

Diante do exposto e observando as limitações orçamentarias previstas no PBAI, a CHTP manterá o primeiro compromisso que é a construção de um imóvel que atenderá a casa de transito, loja de artesanato e escritório de apoio à associação.

Em 21 de janeiro de 2015, foi realizada uma reunião com lideranças indígenas Munduruku e CHTP em Jacareacanga para apresentação dos projetos de infraestrutura a serem construídos nas aldeias.

Em abril de 2015, os indígenas Munduruku informaram a existência de um imóvel que atenderiam as suas necessidades. Diante disso a CHTP marcou uma visita ao terreno com as lideranças indígenas para averiguação do local e tratativas de preço com os proprietários.

No dia 06 de maio de 2015, durante reunião realizada com a proprietária do terreno em Jacareacanga, ficou acertada a compra do terreno. Logo a CHTP deu entrada na documentação para que possam ser iniciadas as construções.

Após a CHTP dar entrada ao processo de transferência do imóvel, houve atrasos para que o memorial descritivo da área ficasse pronto. Com o memorial descritivo em mãos, o analista ambiental da CHTP Arthur Loiola, o enviou ao setor de terras da Prefeitura de Jacareacanga para que desse andamento no processo de transferência do imóvel. Depois de aproximadamente 20 dias, o senhor Edinaldo (chefe do setor de terras) havia informado que a proprietária do imóvel havia vendido o terreno para outra pessoa. Foi realizado novo contato com a mesma e ela que informou da venda. Dessa forma foi necessário então encontrar outro terreno que se adequasse ao projeto arquitetônico das construções a serem realizadas.

Em agosto de 2015, a coordenação dos programas indígenas da CHTP juntamente com seu Jurídico foi até Jacareacanga para resolver a situação da aquisição do terreno. Foi localizado um terreno ideal e contatada a proprietária foi concluída a negociação.

Em setembro de 2015 foi providenciada toda a documentação necessária para entrada na titulação do imóvel e em outubro foi protocolados os documentos no setor de terras da prefeitura de Jacareacanga. O início da construção da Casa de Apoio, Loja de Artesanato e

Escritório da Associação Dace em Jacareacanga está previsto para o início de março de 2017. Após a construção o imóvel será transferido para a Associação.

As construções previstas no PBAI para o povo Munduruku iniciaram em Setembro de 2016, com o início da fundação da casa de apoio, loja de artesanato, escritório da Associação e Casa de Farinha.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Início das construções na aldeia Teles Pires;
- ✓ Manutenção nos motores de popa das aldeias Bom Futuro, Vista Alegre, Posto Velho e Teles Pires;
- ✓ Manutenção no micro ônibus da Associação Dace;
- ✓ Manutenção no caminhão Ford Cargo 1519 da Associação Dace;
- ✓ Visita técnica na aldeia Teles Pires para levantamentos dos equipamentos que devem ser trocados para o bom funcionamento no sistema solar implantado na aldeia.

Atividades comuns aos três povos

Julho a Dezembro:

- ✓ Articulação da CHTP com consultores especializados para a realização do curso de licenciamento ambiental para os povos indígenas;



Figura 20: Manutenção do motor gerador da aldeia Kururuzinho.



Figura 21: Construção da Casa de Apoio na aldeia Teles Pires.



Figura 22: Manutenção no sistema solar da aldeia Teles Pires.



Figura 23: Visita técnica no sistema de energia solar na aldeia Teles Pires.



Figura 24: Visita técnica no sistema de energia solar na aldeia Mayrowi.



Figura 25: Indígenas Apiaká utilizando as baterias do sistema de energia solar para outros fins.

2.10 Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento

O etnozoneamento participativo proposto é um instrumento de planejamento para as comunidades envolvidas. O objetivo geral deste Programa é delimitar zonas e formas de uso das TIs, visando o desenvolvimento sustentado cultural e economicamente. Este programa é fundamental para permitir a exploração racional dos recursos florestais existentes nestas áreas dentro das perspectivas de uso interno e geração de renda, englobando a participação das comunidades no processo de planejamento e gestão territorial, ambiental e econômica.

O programa foi aprovado em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ.

Em Outubro de 2015 foi contratada a empresa Mapsmut Tecnologia, Natureza e Sociedade para a execução do programa.

Em 25 de novembro de 2015, foi encaminhada a Carta CHTP n.º 414/2015, apresentando a FUNAI a empresa MAPSMUT TECNOLOGIA, NATUREZA E SOCIEDADE e sua equipe, que é responsável para a execução do referido programa e o respectivo plano de trabalho.

No mês de abril foi realizada a segunda apresentação do Plano de Trabalho referente ao programa para o povo Munduruku na aldeia Teles Pires. Após a equipe da Mapsmut realizar a apresentação do referido plano e os servidores da Funai e coordenação do PBAI explicarem a importância da realização do trabalho, as lideranças presentes na reunião optaram pela não execução do programa e ficaram de encaminhar um documento através da Funai/CR Tapajós justificando o não aceite da realização do programa.

Após manifestação dos indígenas Munduruku sobre a não realização desse programa por parte da UHE Teles Pires e após reunião com a Funai/Brasília, ficou definido que esse programa não será realizado com o povo Munduruku.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Realização do Inventário Florestal dirigido com a etnia Kayabi;
- ✓ Realização do Inventário Florestal Dirigido na etnia Apiaká;
- ✓ Realização da 2ª Oficina de Etnozoneamento com o povo Apiaká na aldeia Mayrowi – Apresentação de mapas e discussão sobre o inventário florestal dirigido;
- ✓ Visita técnica da Engenheira Civil nos locais onde serão construídas as obras de infraestrutura.

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Mapsmut em anexo.



Figura 15: Inventário Florestal Kayabi.



Figura 16: Inventário Florestal Apiaká.



Figura 17: Organização e preparo do material botânico coletado – povo Kayabi.



Figura 13: Organização e preparo do material botânico coletado – povo Apiaká.

2.11 Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros

O presente Programa justifica-se pela necessidade de geração de renda para as comunidades indígenas dentro do modelo alternativo de mercado justo e através de atividades compatíveis com a preservação da floresta, em contraposição às formas de uso social e ambientalmente degradantes que costumam ser apresentadas como fontes de renda para essas comunidades por setores descompromissados da sociedade, e que muitas vezes geram quadros crônicos de desequilíbrio socioambiental nas áreas de fronteira de desenvolvimento do país.

As ações previstas neste programa também auxiliarão em questões determinantes para a Terra Indígena (TI) como: controle territorial e ambiental, apoio à autogestão e fortalecimento político.

Durante as oficinas realizadas com as comunidades indígenas foram identificados os projetos de castanha do Pará e copaíba que os povos do baixo Teles Pires desejam receber consultoria, ferramentas para colheita e instalação de infraestrutura para beneficiamento da matéria prima.

Com a dificuldade de identificar empresas especializadas no desenvolvimento desse tipo de atividade com povos tradicionais, o período vigente contou a identificação e entrevistas de empresas para execução, com três tomadas de preço abertas frustradas. No fechamento do 1º Relatório da Fase de Operação houve uma empresa com interesse em apresentar proposta comercial, a qual foi avaliada no mês de julho e agosto/2015.

Em Outubro de 2015 foi contratada a empresa Mapsmut Tecnologia, Natureza e Sociedade para a execução do programa.

Em 25 de novembro de 2015, foi encaminhada a Carta CHTP n.º 414/2015, apresentando a FUNAI a empresa MAPSMUT TECNOLOGIA, NATUREZA E SOCIEDADE e sua equipe, que é responsável para a execução do referido programa e o respectivo plano de trabalho.

Durante as oficinas realizadas pela empresa contratada com os povos Kayabi, Munduruku e Apiaká, ficou definido a utilização da castanha-do-brasil como projeto piloto para os 3 povos. Sendo assim, a empresa já iniciou a logística para a safra de produção 2016/2017.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

Atividades comuns:

- ✓ Realização da Oficina para mobilização e agendamento da Feira para Troca de Sementes nas aldeias Kururuzinho, Teles Pires e Mayrowi;
- ✓ Realização da etapa de mobilização e planejamento do Projeto Piloto da Castanha com o povo Kayabi, Munduruku e Apiaká;
- ✓ Realização da oficina de identificação de potenciais produtos e parceiros comerciais para o artesanato indígena;
- ✓ Visita dos indígenas Kayabi e Munduruku a Cooperativa Arapama, possível parceiro comercial para a venda da produção de castanha da comunidade;
- ✓ Entrega da 1ª parte do combustível destinado ao Projeto Piloto da Castanha (safra 2016/2017) aos indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- ✓ Visita técnica do engenheiro naval nas balsas entregues às comunidades Munduruku e Apiaká cujo objetivo foi verificar as condições estruturais, mecânicas e operacionais das embarcações Apiaká e Munduruku do baixo Teles Pires;
- ✓ Início do monitoramento de limpeza dos castanhais do povo Munduruku para a execução do Projeto Piloto da Castanha;
- ✓ Visita técnica da Engenheira Civil nos locais onde serão construídas as obras de infraestrutura.

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Mapsmut em anexo.

Os registros detalhados das obras de infraestrutura que estão sendo construídas no interior das Terras Indígenas estão detalhados no relatório específico dos técnicos responsáveis pela fiscalização das obras em anexo.



Figura 15: Reunião sobre o projeto de castanha na aldeia Mayrowi.



Figura 16: Visita dos indígenas Munduruku a Cooperativa Arapama.



Figura 17: Vistoria do engenheiro naval na embarcação Apiaká do baixo Teles Pires.



Figura 13: Vistoria do engenheiro naval na embarcação Munduruku do baixo Teles Pires.

2.12 Programa de Apoio às Roças Tradicionais

O principal objetivo deste Programa é o apoio ao planejamento agrícola das comunidades indígenas através de acompanhamento técnico, buscando a melhoria da produção e produtividade, respeitando as características do modelo de agricultura de subsistência, com alternativas de produtos agrícolas, modelos de manejo e de novas áreas para as roças tradicionais, a fim de oferecer alguns subsídios para o estabelecimento de técnicas que visem a melhoria das condições de vida da comunidade, possibilitando, a médio e longo prazo, aumentar a produção e renda, bem como a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em que atuam.

Em Outubro de 2015 foi contratada a empresa Mapsmut Tecnologia, Natureza e Sociedade para a execução do programa.

Em 25 de novembro de 2015, foi encaminhada a Carta CHTP n.º 414/2015, apresentando a FUNAI a empresa MAPSMUT TECNOLOGIA, NATUREZA E SOCIEDADE e sua equipe, que é responsável para a execução do referido programa e seu respectivo plano de trabalho. Em dezembro de 2015 foi apresentado o Plano de Trabalho na aldeia Kururuzinho para o povo Kayabi.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Realização da Oficina Participativa de Boas Práticas em Conservação e Armazenamento de Farinha com o povo Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- ✓ Realização da Oficina Participativa de Devolução das Análises de Solo o povo Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- ✓ Realização da oficina de boas práticas da coleta de castanha e visita técnica do engenheiro agrônomo nas roças pertencentes aos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká;
- ✓ Realização de oficina participativa de boas práticas em conservação e armazenamento de farinha puba;
- ✓ Realização da oficina de análise da produção das roças para as culturas de mandioca com os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- ✓ Realização da Oficina de Orientação Técnica sobre a cultura de milho tradicional para formação de matrizes com o povo Munduruku, Kayabi e Apiaká nas aldeias Teles Pires, Kururuzinho e Mayrowi;
- ✓ Visita técnica da Engenheira Civil nos locais onde serão construídas as obras de infraestrutura.

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Mapsmut em anexo.

Os registros detalhados das obras de infraestrutura que estão sendo construídas no interior das Terras Indígenas estão detalhadas no relatório específico dos técnicos responsáveis pela fiscalização das obras em anexo.

2.13 Programa de Valorização Cultural

O Programa de Valorização Cultural tem como principal objetivo fortalecer as atividades tradicionais dos grupos indígenas. A elaboração do programa foi solicitada pela FUNAI em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ.

A CHTP em resposta a inclusão de novo programa, encaminhou a FUNAI suas manifestações através da Carta CHTP n.º 080/2014, protocoladas em 07/04/2014. Como não houve retorno

quanto às manifestações da CHTP por parte da FUNAI, após a reunião com as lideranças Kayabi, Apiaká e Munduruku, em maio/2014 a CHTP decidiu incluir os programas para atendimento as recomendações da FUNAI.

A versão final do PBAI incluindo o programa foi protocolada na FUNAI em 27/08/2014.

Em Novembro de 2015 foi contratada a empresa Gaia Social para a execução do programa.

Em 15 de novembro de 2015, foi encaminhada a Carta CHTP n.º 429/2015, apresentando a FUNAI a empresa GAIA SOCIAL e sua equipe, que é responsável para a execução do referido programa e seu respectivo plano de trabalho.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Visita dos indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku a possíveis parceiros comerciais em Alta Floresta;
- ✓ Realização da oficina de canto e grafismo – módulo II com os povos Kayabi, Munduruku e Apiaká nas aldeias Kururuzinho, Teles Pires e Mayrowi;
- ✓ Entrega dos materiais para confecção do artesanato em atendimento ao Programa aos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká;
- ✓ Realização da oficina de canto e grafismo – módulo II com o povo Kayabi, Munduruku e Apiaká nas aldeias Kururuzinho, Teles Pires e Mayrowi;
- ✓ Realização do módulo II da oficina de Design de Produtos com os povos Kayabi, Munduruku e Apiaká;
- ✓ Participação das lideranças Kayabi, Apiaká e Munduruku no Intercâmbio Cultural no Instituto Raoni em Colíder - MT, promovido pelo Gaia Social e CHTP em atendimento ao Programa;
- ✓ Realização do Abastecimento e Pintura da Loja de Artesanato do povo Apiaká em Colíder - MT, com a participação de lideranças Kayabi, Apiaká, Munduruku e Gaia Social em atendimento ao Programa;
- ✓ Realização do módulo III da oficina de Design de Produtos com os povos Kayabi, Munduruku e Apiaká.



Figura 111: Visita a um possível parceiro comercial para a venda de artesanato em Alta Floresta.



Figura 112: Visita a possíveis parceiros comerciais para a venda do artesanato indígena – loja aeroporto de Alta Floresta.



Figura 113: Reunião entre Gaia Social e CHTP.



Figura 114: Pintura e Abastecimento da Loja de Artesanato Apiaká em Colíder.

Com relação aos Apiaká, nas atividades de resgate da língua que era realizado pela doutoranda em linguística pela UNB Suseile Andrade Sousa, após as atividades previstas no mês de agosto/2015, que era a viagem de 8 indígenas ao laboratório da LALLI em Brasília, devido a não concordância por parte das lideranças indígenas na quantidade de vagas estabelecidas pela CHTP para o cumprimento da atividade, ou seja, os lembradores e professores, houve abandono da cooperação técnica por parte da Doutoranda Suseile Andrade Sousa junto a CHTP.

No entanto, a CHTP contratou a empresa GAIA Social para continuidade das ações finais, realizando a Oficina de reconhecimento do dialeto Apiaká, identificada em publicações antigas para conclusão e produção da Cartilha.

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Gaia Social em anexo.

Os registros detalhados das obras de infraestrutura que estão sendo construídas no interior das Terras Indígenas estão detalhadas no relatório específico dos técnicos responsáveis pela fiscalização das obras em anexo.

2.14 Programa de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas

De acordo com a Avaliação do Estudo do Componente Indígena do AHE Teles Pires, encaminhado ao IBAMA pela FUNAI em acompanhamento ao Ofício n.º 850/2011/DPDS-FUNAI-MJ, o Programa de Proteção da Integridade Territorial foi elaborado pela própria FUNAI, sob responsabilidade da sua Coordenação de Monitoramento Territorial (CGMT).

Durante a apresentação do PBAI, o programa foi submetido ao conhecimento das lideranças indígenas e encaminhado em 29/05/2013 para a avaliação da CHTP.

Em outubro/2013, através da Carta 302/2013 a CHTP encaminha análise ao conteúdo do plano, na qual solicitou a dispensa pela Fundação da execução do plano por entender não causar pressão na terra indígena atribuível a UHE Teles Pires.

A Funai por sua vez, através do Ofício 866/2013, item 42, mesmo reconhecendo que não há estudos que constatem pressão do empreendimento a TI, considerou intempestiva a manifestação da CHTP através da Carta CHTP 302/2013. Novamente a Fundação através do Ofício 061/2014, item 4, faz a mesma manifestação.

Em resposta a CHTP encaminhou a Carta 076/2014, reiterando o conteúdo da Carta 302/2014 e documentos apensados, porém manifestou-se para resolver a questão propôs a instalação de uma base tipo contêiner no interior da TI Kayabi.

Em reunião em 09/07/2014 na Sede da Funai, novamente a CHTP apresenta sua proposta de instalação de uma contêiner no interior da TI Kayabi. Na oportunidade, foi esclarecido os programas do PBAI que já atendem os objetivos do programa de proteção e integridade territorial e solicitado por parte dos analistas do FUNAI a formalização da proposta pela CHTP, considerando os itens que já são atendidos pelo PBAI.

A proposta foi encaminhada pela CHTP através da Carta nº 233/2014. A Funai informa o IBAMA através do Ofício 574/2014 que estava analisando a proposta da CHTP para execução do programa de proteção e integridade territorial. Em 18/11/2014 a Diretoria da CHTP realiza reunião presencial com a Diretoria de Proteção Territorial da Funai e realizam os acordos finais para execução do programa. Após isso a CHTP encaminhou as Cartas 346/2014 e 396/2014 demonstrando o início das ações acordadas com a FUNAI.

Com relação a execução deste programa a CHTP já protocolou na FUNAI, 2 relatórios, sendo 1 consolidado em 2014 e outro sendo como o 1º da Fase de Operação. Dentre os acordos da reunião de 18/11/2014 ficou sob responsabilidade da Funai a definição da localização da Base

no interior da TI com os índios. A visita dos analistas da FUNAI ocorreu em outubro de 2015 e até o presente momento a CHTP aguarda o posicionamento formal na Fundação quanto a localização da base.

A tomada de preço para contratação da mão de obra foi expedida em dezembro/2014 e concluída em 2015, sendo que a contratação somente será concretizada após a base instalada.

Em março de 2016, a CHTP recebeu o memorando 197/2016/CGMT-DPT-FUNAI-MJ, informando a definição do local de implantação da Base de Vigilância prevista no programa. Após o recebimento do mesmo, a CHTP deu início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa para realizar a construção da Base.

Em reunião em 30/03/2016 na sede da Funai, a CHTP solicitou à FUNAI/CGMT o envio do termo de cooperação técnica para que pudéssemos então finalizar o processo de elaboração do Termo de Referência para a contratação de mão de obra para a Base Operacional.

Em Junho de 2016 a CHTP recebeu através ofício 552/2016/DPDS/FUNAI-MJ as atribuições da equipe a ser contratada para implementação do Plano de Proteção. A CHTP atualizou então o Termo de Referência e reencaminhou ao mercado.

Em julho de 2016 a CHTP realizou uma visita ao local indicado para a construção da Base Operacional pela Funai através do memorando nº197/2016/CGMT-DPT-FUNAI-MJ, juntamente com um indígena Kayabi e um representante da empresa que disputava o certame para construção da Base. Acontece que o local indicado pela Funai no memorando não é o mesmo local que os indígenas querem essa base, inclusive alegam que o local indicado além de ser alagadiço, está bem próximo a aldeia Coelho, fato este que incomoda muito os indígenas. Nesse intervalo de tempo houve várias trocas de e-mails entre a CHTP e os técnicos da Funai/CGMT, pois precisaríamos de uma definição do local de construção da base, uma vez que o local indicado pela Funai não estava de acordo com os indígenas.

Em agosto de 2016, através da carta CHTP 264/2016, reiteramos nossa solicitação sobre a definição exata do local de construção da obra, levando em consideração a posição dos indígenas Kayabi sobre o assunto e suas consequências.

Em setembro de 2016, através do memorando nº 867/2016/CGMT-DPT-FUNAI-MJ, recebemos a definição do local de construção da Base Operacional.

Sendo assim, a CHTP atualizou então o Termo de Referência com o novo local para construção e reencaminhou ao mercado.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Visita técnica ao local de construção da Base Operacional;

- ✓ Atualização da tomada de preço para contratação da empresa para construção da Base Operacional;
- ✓ Definição do local para instalação da Base Operacional.

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão no relatório específico em anexo, as quais consolidam informação do monitoramento socioeconômico, monitoramento de terras indígenas e monitoramento de atividades minerárias.

2.15 Programa de Mitigação e Compensação da Ictiofauna

No ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ de 25 de novembro de 2013 a FUNAI exigiu que o PBAI deverá apresentar um programa de mitigação e compensação da ictiofauna, relativas aos possíveis impactos que a UHE Teles Pires poderá causar.

A CHTP em resposta a inclusão de novo programa, encaminhou a FUNAI suas manifestações através da Carta CHTP n.º 080/2014, protocoladas em 07/04/2014. Como não houve retorno quanto às manifestações da CHTP por parte da FUNAI, após a reunião com as lideranças Kayabi, Apiaká e Munduruku, em maio/2014 a CHTP decidiu incluir os programas para atendimento as recomendações da FUNAI.

A versão final do programa foi encaminhada via Carta CHTP n.º 396/2014.

Em 19 de fevereiro de 2016, através da carta CHTP n.º 053/2016 foi protocolada no IBAMA e na FUNAI a solicitação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para a realização do Monitoramento da Ictiofauna em Terras Indígenas. Embora estejamos constantemente cobrando a emissão da ACCTMB, até a data de hoje não recebemos essa autorização por parte do IBAMA.

Em setembro de 2016, após o recebimento da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico por parte do IBAMA/Brasília, a equipe técnica da empresa Naturae se deslocou até a Terra Indígena Kayabi com o objetivo de apresentar o plano de trabalho e iniciar as atividades de desembarque pesqueiro. Acontece que durante apresentação do Plano de Trabalho na aldeia Kururuzinho, os indígenas Kayabi não concordaram com a continuidade dos trabalhos sem que fossem apresentados os resultados das campanhas realizadas anteriormente, inclusive aproveitaram para informar que se os técnicos persistissem em apresentar o PT aos demais povos, correriam o risco de ficarem presos nas aldeias, pois já haviam sido comunicados que a postura dos parentes era a mesma dos Kayabi.

Sendo assim, a equipe técnica da empresa Naturae voltou para a cidade e no período de julho a dezembro de 2016 não foram realizadas as atividades, sendo planejado para iniciar no primeiro semestre de 2017.

Ações realizadas entre os períodos de julho a dezembro de 2016.

- ✓ Recebimento da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico;
- ✓ Reunião com os responsáveis técnicos da empresa Naturae após tentativa de apresentação do Plano de Trabalho na aldeia Kururuzinho;

2.16 Plano de Contingência e Plano de Ação de Emergência em Caso de Ruptura da Barragem da UHE Teles Pires

O objetivo principal do Subprograma é o de planejar antecipadamente os procedimentos a adotar em situações emergenciais que possam vir a se apresentar em função da operação do UHE Teles Pires, garantindo uma atuação eficaz e segura no atendimento a estas situações, de modo a minimizar os impactos ambientais decorrentes.

O programa foi aprovado em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ.

2.17 Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde Indígena

O Programa de Monitoramento de Indicadores de Saúde Indígena tem como principal objetivo avaliar a variação de ocorrências de casos de cada uma das doenças de notificação compulsória.

Os resultados do Programa de Monitoramento de Indicadores de Saúde Indígena poderão ser utilizados pelos órgãos responsáveis, FUNAI e SESAI, para adequar as suas políticas públicas e prioridades de investimento, e pelo empreendedor para ajustar as ações desenvolvidas no âmbito de outros programas. Também servirá para ajustar os conteúdos a serem divulgados local e regionalmente através do Programa de Comunicação Social.

Os levantamentos dos indicadores de saúde possuem a capacidade de levantar e definir a causa e efeito em um determinado espaço de tempo, período, em conjunto com as transformações demográficas, sociais e econômicas, e até mesmo em uma série histórica, que se apresentam os principais agravos de Doença de Notificação Compulsória.

O Programa de Indicadores de Saúde Indígena utilizará como método o levantamento epidemiológico descritivo da distribuição, que se refere à análise por tempo, local e características dos indivíduos, e através de fatores determinantes que são todos os fatores físicos, biológicos, sociais, culturais e comportamentais que influenciam a saúde entre os anos de 2010 ao primeiro trimestre do ano de 2014 com objetivo de levantar a série histórica e

propor melhorias nos indicadores de incidência e prevalência dos principais agravos de notificação.

Para executar o referido programa foi contratado em 02/04/2014 a consultoria do Enfermeiro Edmilson Jose Mocci Gaiardoni com 13 anos de experiência na assistência a Saúde Indígena. Porém como não houve liberação dos dados o contrato foi encerrado em abril de 2015.

Levantamento dos Dados junto as DSEIs Kayapó/MT e Tapajós/PA.

Após o deferimento do Programa de Monitoramento de Indicadores de Saúde Indígena pela FUNAI através do Ofício nº 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ de 25 de novembro de 2013 a CHTP vem tentando junto as DSEIs o levantamento dos dados, uma vez que as informações e os dados primários não são disponíveis em plataformas de acesso digital.

Registre-se que no período de abril de 2014 e dezembro de 2015 a CHTP vem tentando obter os dados diretamente com as DSEI Kayapo (MT) e Tapajós (PA) para levantamento dos dados primários, para posteriori inicio das análises constantes no subprograma. A primeira solicitação foi realizada através do Ofício 01 de 05 de maio de 2014,.

Em 25/06/2014 recebemos através do Ofício 248/2014/GAB/DSEI/Kayapó Colíder/MT informando pelo responsável daquele órgão que o fornecimento dos dados deve ser submetido à SESAI em Brasília e que após a aprovação por escrito os dados serão fornecidos.

Mediante ao exposto, em 10/06/2014, por meio da Carta CHTP nº 156/2014, a CHTP solicitou junto a Secretaria Especial da Saúde Indígena o acesso às informações.

Juntamente com a Carta protocolada pela CHTP foi encaminhada via e-mail para Diretora do Departamento de Atenção a Saúde Indígena uma tabela com a lista de todos os indicadores, e os agravos que as DSEIs deveriam disponibilizar para atendimento aos objetivos propostos no Subprograma de Indicadores de Saúde Indígena.

Em 22 de julho de 2014 a CHTP através da Carta nº 200 solicita novamente a liberação e anuência da SESAI para autorizarem por escrito as DSEIs na liberação dos dados.

Tal situação foi informada para os técnicos da SESAI e FUNAI durante a apresentação do Workshop de apresentação dos resultados dos PBAs em Brasília, onde relatou-se a dificuldade de acessar a essas informações junto as DSEIs que somente disponibilizaram os dados após autorização da SESAI.

No dia 07 de outubro de 2014 a CHTP protocolou novamente uma Carta nº 292 para SESAI aos cuidados da Diretora do Departamento de Atenção em Saúde Indígena e para a Coordenadora do DSEI Kayapó MT.

No dia 08 de outubro de 2014 a CHTP protocolou a Carta nº 293 para SESAI aos cuidados da Diretora do Departamento de Atenção em Saúde Indígena e para a Coordenadora do DSEI Tapajós - PA.

A CHTP através da Carta nº 080 de 23 de março de 2015, solicita junto a SESAI com cópia para o IBAMA, FUNAI e Ministério de Minas e Energia – MME a liberação dos dados por parte da SESAI para início das atividades, levando em consideração a aprovação do referido Subprograma e o atraso na liberação destas informações.

Neste intervalo de tempo, a CHTP por diversas vezes tentou contato via telefone com os responsáveis para liberação destas informações e não obteve-se resposta em relação à liberação dos dados por parte da SESAI e nem dos DSEIs.

Novamente, a CHTP através da Carta nº 390 de 03 de novembro de 2015, solicita junto a SESAI com cópia para o IBAMA, FUNAI e Ministério de Minas e Energia – MME a liberação dos dados por parte da SESAI para início das atividades, levando em consideração a aprovação do referido Subprograma e o atraso na liberação destas informações.

Na Aldeia Kururuzinho, no dia 12/11/2015 juntamente com a Comitativa do Presidente da Funai, a CHTP solicitou a Servidora da SESAI, Maria Fontão o atendimento a liberação dos dados para cumprimento do programa.

Em 07/12/2015, a Gerência Socioambiental da CHTP encaminha e-mail a Servidora Maria Fontão relatando todo o histórico para liberação dos dados.

Em 16/12/2015 a SESAI encaminha os dados solicitados através do Ofício 981/2015 e registra que havia encaminhado os dados à FUNAI em maio/2015, através do Ofício 412/2015.

Com o recebimento dos dados a CHTP iniciou o processo de tomada de preços para contratação de novo consultor para elaboração do relatório, no qual deve ser encaminhado a FUNAI até abril/2016.

Com a dificuldade em identificar empresas especializadas no desenvolvimento desse tipo de atividade com povos tradicionais, o período vigente contou a identificação e entrevistas de empresas para execução, com tomadas de preço frustradas.

A CHTP continua buscando empresa especializada para a execução do programa.

3 Discussão de Resultados

O período contou com grandes avanços nas ações do PBAI. O diálogo entre a CHTP, lideranças indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku e FUNAI está cada vez mais consistente e as atividades estão sendo executadas conforme o planejado. A demonstração de conformidade na implantação dos programas pode ser visualizada no Cronograma Geral anexo a este relatório.

Nos relatórios específicos das empresas e consultores contratados para execução das atividades previstas no PBAI poderão ser verificados os resultados das atividades realizadas no semestre.

Contudo os principais marcos do período são:

- ✓ Início das etapas de implantação do Projeto Piloto com os indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku visando a safra de castanha 2016/2017;
- ✓ Identificação de parceiros comerciais para a venda da produção da Castanha;
- ✓ Identificação de parceiros comerciais para a venda dos artesanatos produzidos pelos indígenas;
- ✓ Finalização de 95% das obras de infraestrutura nas aldeias pertencentes ao povo Kayabi;
- ✓ Início das obras de infraestrutura no povo Munduruku;
- ✓ Definição do novo local de implantação da Base de Vigilância em atendimento ao Plano de Proteção da Integridade Territorial Indígena;
- ✓ Recebimento da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para continuidade nas campanhas de Monitoramento da Ictiofauna Indígena;
- ✓ Entrega da reforma do posto de saúde da aldeia Kururuzinho de acordo com as legislações especiais de saúde indígena;
- ✓ Realização da apresentação de resultados dos programas de Monitoramento da Ictiofauna, Hidrossedimentológico, Limnologia e Qualidade da Água e Atividades Minerárias aos povos Kayabi, Apiaká e Munduruku;

4 Apresentação de Justificativas

No âmbito dos programas aprovados, durante esse semestre, a CHTP procurou em tempo hábil mobilizar as empresas e o saldo positivo foi a continuação das atividades previstas para acontecerem nesse segundo semestre.

Após a emissão da solicitação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para a realização do Monitoramento da Ictiofauna em Terras Indígenas, a CHTP mobilizou a equipe técnica da empresa Naturae, responsável pela execução do programa de monitoramento da Ictiofauna para dar início aos trabalhos. Acontece que durante a apresentação do plano de trabalho na aldeia Kururuzinho, os indígenas não permitiram o início do monitoramento sem que fossem apresentados os resultados das campanhas anteriores. Sendo assim, não foram realizadas campanhas de monitoramento nesse semestre.

Em agosto de 2016, a CHTP buscou junto à procuradoria do município de Alta Floresta equacionar o impasse com relação à doação do terreno para a construção da sede Associação Indígena Kawaip Kayabi e loja de artesanato. Após uma reunião com a procuradora do município, Dra. Naiara Morello, fomos informados que por se tratar de ano eleitoral, todos os processos de doação de terrenos estavam suspensos.

Devido ao ajuste no cronograma de execução das obras no interior das Terras Indígenas e considerando o quantitativo de mão obra da construtora responsável pela execução das obras, o início das construções a serem realizadas no povo Apiaká foi postergado para o segundo semestre de 2017.

Com a dificuldade em identificar empresas especializadas para o desenvolvimento do Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde, o período vigente contou a identificação e entrevistas de empresas para execução, com tomadas de preço frustradas. A CHTP continua buscando empresa especializada para a execução do programa.

Com relação ao Resgate da Língua Apiaká, foi realizada a apresentação do projeto, o debate com o povo Apiaká da proposta de documentação da língua e o registro de materiais por meio da coleta audiovisual dos últimos indígenas Apiaká que ainda detêm a fluência da língua. Após exigência dos indígenas Apiaká, foi solicitado ao Gaia que fizesse uma parceria com a etnolinguísta, Suseile Andrade Sousa, para apoio técnico para tradução de palavras e frases para elaboração de cartilha, sem o envolvimento do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da UNB (LALLI/UNB).

Em 25 de junho de 2016 o professor e liderança indígena, Romildo Apiaká, comunicou por e-mail que repassou a demanda de elaboração da Cartilha da Língua Apiaká para o Conselho do PBAI Apiaká da UHE Teles Pires. Informou, ainda, que o referido conselho se reunirá em setembro deste ano para decidir sobre a aprovação ou não do trabalho proposto.

Em 17 de outubro de 2016 os responsáveis pela documentação da língua Apiaká, Suseile Andrade Sousa, Rodrigo Guimarães, Jaqueline Lima e Marcelo Fukushima Patarro, fizeram reunião para alinhar as atividades do programa e definir as condições de desenvolvimento da documentação junto ao povo Apiaká. Estabelecemos então o prazo de 15 de dezembro de 2016 para que o povo Apiaká retorne formalmente a aprovação da documentação da língua Apiaká conforme apresentado anteriormente por Marcelo e Rodrigo em atividades do Programa.

Em 09 de novembro de 2016 a liderança Apiaká, Romildo Apiaká, enviou e-mail para Rodrigo Guimarães informando que o documento de autorização para execução das atividades de documentação da língua Apiaká foi encaminhado à Associação Indígena Apiaká Sawara (AIAS), que por sua vez vai dar os encaminhamentos necessários e enviar as condições propostas para realização das atividades.

Destaca-se que, até a data deste relatório não foi recebido pela CHTP nenhuma proposta de execução das atividades de documentação da língua Apiaká pela AIAS ou qualquer liderança indígena Apiaká.

5 Programação para o Período Seguinte

- ✓ Realização da construção da casa de apoio, escritório da Associação e Loja de Artesanato dos indígenas Munduruku, em Jacareacanga-PA;
- ✓ Finalização das construções nas aldeias pertencente ao povo Munduruku;
- ✓ Duas campanhas de Monitoramentos dos Programas Limnológico e Qualidade da Água, Ictiofauna, Hidrossedimentológico e Terras Indígenas.
- ✓ Continuidade das ações previstas no Programa de Interação e Comunicação Social;
- ✓ Finalização das execuções do Programa de Valorização da Cultura Indígena e Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento;
- ✓ Construção das Mini Marcenarias e Barracão de Castanha para os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- ✓ Construção e mobília da Base Operacional para a execução do Plano de Proteção da Integridade Territorial Indígena.
- ✓ Transferência do imóvel Apiaká na cidade de Colíder para o nome da Associação Sawara;
- ✓ Transferência dos veículos doados aos índios Apiaká e Munduruku para o nome das Associações;
- ✓ Realização do Seminário Anual para apresentação dos resultados das ações do PBAI entre os anos de 2014 a 2016;
- ✓ Realização de reuniões com o conselho gestor Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- ✓ Realização do curso de Licenciamento Ambiental para os Indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku;
- ✓ Realização do Programa de Monitoramento dos Indicadores da Saúde Indígena.